



Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
Pré-Vestibular Comunitário – Sede Nacional

SEFRAS – Serviço Franciscano de Solidariedade
Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil



Terceiro Setor frente a um Estado omissivo: substituir ou pressionar?

Reza a Constituição Federal em seu Art. 3º:

“Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A definição ideal para o ramo de atividades usualmente chamado de “terceiro setor” ainda não é consenso entre os estudiosos, agentes sociais ou intelectuais ligados à área. É conhecido como o setor da economia que não faz parte do “primeiro setor” (setor público: governo, órgãos públicos...) e tampouco integram o “segundo setor” (setor privado: empresas, indústrias...). Por este caráter negativo, ou seja, de ser definido por aquilo que não é (nem 1º e nem 2º setores) é que se originou a expressão genérica ONG (organização não-governamental ou organização não-lucrativa). Enquadram-se no chamado terceiro setor as associações sem fins lucrativos, fundações, igrejas, movimentos sociais, sindicatos, institutos, clubes e sociedades esportivas, enfim, toda gama de atividades sociais, culturais ou esportivas desenvolvidas pela sociedade civil, muitas delas de cunho filantrópico, tendo ou não parcerias com o governo (órgãos governamentais), com empresas ou ainda como alternativa à ausência da ação do poder público junto aos mais pobres, por vezes substituindo o governo e, em alguns casos, pressionando o poder público.

Alguns fatores explicam o rápido crescimento deste setor, como crises percebidas no contexto internacional, que influenciaram na redução do campo de atuação do Estado, ao mesmo tempo em que abriram caminho para a proliferação de organizações não-governamentais. São estes os fatores:

- Crise do “Welfare-State”** (Estado de bem-estar social), a partir dos anos 70, quando o Estado passou a diminuir e até mesmo abandonar serviços essenciais (saúde, educação, saneamento) conforme teoria do Estado Mínimo.
- Crise do Desenvolvimento**, que supõe, equivocadamente, que o Estado é incapaz de promover atividades de desenvolvimento de base.
- Crise do Socialismo**, a partir dos anos 90, que favoreceu uma visão de descrédito para com o Estado, provocando a proliferação de serviços sociais fora da esfera ou até do alcance deste.
- Crise do Meio Ambiente**, que, na ausência de ação dos governos para controlar a degradação ambiental, provoca iniciativas sociais que atuam no sentido de “correr atrás do que já foi perdido”.
- Em paralelo a estas crises, a **revolução tecnológica e das comunicações**, bem como crescimento e difusão dos **trabalhos em rede e de eventos como o Fórum Social Mundial** inserem o terceiro setor na atual agenda política de todos os países.

Segundo o CETS - Centro de Estudos do Terceiro Setor, da Fundação Getúlio Vargas, há uma perspectiva de **evolução na atuação das organizações sociais**, assim definida:

- **Primeiro estágio: dar o peixe**, praticando caridade e assistencialismo;
- **Segundo estágio: ensinar o indivíduo a pescar**, a andar com as próprias pernas;
- **Terceiro estágio: provocar a transformação real do indivíduo e da sua qualidade de vida**;
- **Quarto estágio: provocar a transformação da comunidade e mudanças na sociedade**;
- **Quinto estágio: questionar o modelo socioeconômico e a concentração de riquezas**;

A partir do terceiro estágio, entende-se como fundamental a luta pela implementação de políticas públicas transformadoras e libertadoras. **Por isso, a ação do terceiro setor passa a ter ênfase na perspectiva de pressionar o poder público, em todas as suas esferas, para que assuma sua responsabilidade: cuidar da superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.**

A grande questão é: frente à omissão do Estado, deve o terceiro setor agir (substituindo o governo) ou pressionar?

A maior parte das ONGs se prende ainda ao atendimento assistencial e paternalista, que não promove a ascensão social do indivíduo desfavorecido. Por falta de consciência da força política e do poder de influência e pressão que o terceiro setor pode ter na formulação de políticas públicas, parte das entidades vêem-se no perigo de ser uma "empresa barata" de execução assistencialista de obras do governo. Deste modo, agem como simples agentes de reformas (**re-formar, ajeitar, mantendo a forma**) e não buscam a dimensão de transformação (**trans-formar, mudar a forma**).

Outra dimensão que precisa ser combatida é aquela de entidades "dinheiristas", que sobrevivem às custas da mera captação de recursos financeiros (públicos, privados e internacionais) e que, lamentavelmente, não têm boa conduta ética, usando o povo em benefício próprio. Parte destas entidades preocupa-se somente com sua manutenção e enriquecimento e com a projeção político-partidária de seus membros. Não provocam e não se interessam pela auto-sustentabilidade comunitária. Mesmo sendo minoria no terceiro setor, esta linha de ação tem muita visibilidade e acaba por induzir a sociedade civil a generalizar o entendimento de que outras entidades sérias também atuam como simples "captadoras de investimento", o que não é verdade. Muitas ações bonitas e transformadoras têm ocorrido, longe dos holofotes da mídia, promovidas por pessoas idealistas e entidades que se mantêm fiéis aos interesses do povo, trabalhando com recursos muito reduzidos.

O terceiro setor tem alcançado sucesso na sua organização, fazendo com brilho aquilo que o governo não faz. Por exemplo: é comum que as creches gerenciadas por entidades filantrópicas, que "arregaçam as mangas", obtenham melhores resultados com as crianças e satisfação com suas famílias do que as creches públicas, via de regra abandonadas pelo descaso governamental. Estes trabalhos merecem ser valorizados!

A força voluntária, principalmente a da ação comunitária de pobres e negros, na periferia, com autenticidade e protagonismo, deve direcionar cada vez mais a ação do terceiro setor para pressionar os governos a assumirem as políticas sociais. A tomada de consciência dos administradores e agentes sociais envolvidos nas entidades do terceiro setor, com posicionamento firme, com diálogo, mas também com independência frente aos governantes é fator determinante para o combate à visão errônea de que as entidades sociais devem "substituir" o governo quando este for omisso. **Não podemos aceitar que o terceiro setor tenha a missão de cuidar sozinho dos pobres e o governo fique com a missão de cuidar dos bancos e do lucro das multinacionais!**

Exemplos de ONGs que fazem pressão popular não faltam, como os grupos de mulheres, movimentos dos favelados, pré-vestibulares para afrodescendentes, organizações de sem-teto, rádios comunitárias e outros. Chegou a hora de canalizar toda a força do terceiro setor para fazer cobranças e para que a política seja usada para o bem comum. Por exemplo: todos sabemos que é dever do Estado promover ações afirmativas para a população negra. Recentemente, a USP decidiu "trocar" a proposta de cotas por um cursinho de 4 meses para cinco mil alunos. Ora, só a Educafro organiza, sem o apoio do governo, mais de 9.200 alunos carentes! Esta imensa mobilização nos cursinhos comunitários, com apoio de mais de dois mil voluntários, não se conforma em simplesmente fazer o papel do Estado, mas tem exercido, de várias formas possíveis, pressão junto à USP e ao Governo. **Só no ano passado, nossa entidade realizou dezenas de passeatas, audiências públicas, seminários e processos na Justiça! Resultado: com a força do povo e a sensibilidade dos Reitores, quase 30 Universidades Públicas já adotam ações afirmativas para pobres e negros, antes mesmo da Lei obrigá-las a isto.**

Para os que defendem a ação das entidades em atividades sociais, a justificativa é que o Estado encontra-se mesmo incapaz de cumprir sua missão. A miséria não pode ficar esperando até os governos serem capazes. Todos temos co-responsabilidade e devemos agir! Para os críticos deste modelo, substituir o governo seria aceitar a lógica perversa do neoliberalismo excludente. Para estes, o terceiro setor deve intervir na agenda pública e cobrar dos governos o cumprimento da Constituição. **O debate continua aberto: na sua opinião e na opinião do seu núcleo: qual deve ser o papel do terceiro setor?**

A sociedade civil, o povo organizado e o movimento negro precisam exercer bem o seu papel na democracia: eleger os governos, fiscalizar e **cobrar dos governos seus compromissos com os pobres e miseráveis**, para que estes, que são os mais excluídos e marginalizados na lógica do capitalismo, possam ter autonomia, emancipação e protagonismo em suas vidas, o que desembocará na **transformação das realidades locais, gerando consciência política e qualidade de vida para esta parcela da população.**

Equipe de Cidadania Educafro

Sugestão de leitura:

"Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social" (Carlos Montaña - Ed. Cortez)

Sugestão de filme:

"Quanto vale ou é por quilo" (Sérgio Bianchi): analogia com a época da escravidão.

E-mail: educafro@franciscanos.org.br **Sites:** www.educafro.org.br e www.franciscanos.org.br/sefras/educafro

Sede Nacional – S. Paulo: Rua Riachuelo, 342 - Sala 05 - Centro - CEP 01007-000 - São Paulo, SP - **Fone/fax:** (11) 3106-3411

Regional Rio: Praça Tiradentes, 73, 5º andar – Centro – CEP 20060-070 – Rio de Janeiro – RJ – (21) 2222-2062

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.